

## **PARECER JURÍDICO**

Projeto de Resolução nº 05/2021

Autor(a): Vereadora Mariana Fleury Tamiazo

Assunto: Dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência e Doenças Raras.

### **1. RELATÓRIO**

---

De autoria parlamentar, o presente projeto de resolução pretende instituir nesta Casa Legislativa a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Doenças Raras, com o objetivo de promover a discussão, estudos e ações no município de Cordeirópolis.

Na mensagem encaminhada a proponente justifica que o projeto vai deixar a disposição a Casa Legislativa para debate e ações, junto aos demais Poderes (Executivo e Judiciário) para uma efetiva colaboração e elaboração de políticas públicas, para que de forma efetiva faça a inclusão de forma justa dos cidadãos portadores de deficiência e doenças raras.

O projeto agrega toda a regulamentação para a criação da Frente Parlamentar em seus dispositivos.

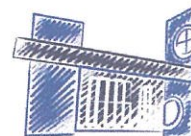
É o breve intróito.

### **2. ANÁLISE JURÍDICA**

---

#### **2.1. Exame de Admissibilidade**

Adentrando na análise da proposição legislativa propriamente, observa-se que o projeto encontra-se em conformidade com a técnica legislativa, estando de acordo com a legislação aplicável.



Com efeito, por força do art. 59, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil 1988 – CRFB/88 cabe à Lei Complementar dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Obedecendo a essa determinação constitucional, o legislador aprovou a LC nº. 95/1998 que assim dispõe:

*Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:*

*I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;*

*II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;*

*III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso;*

*(grifo nosso)*

Desse modo, observa-se que a proposição legislativa em comento encontra-se de acordo com a supracitada Lei Complementar.

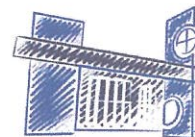
Além disso, cumpre destacar que o projeto de lei está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, estando devidamente subscrito por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade com o RICMC.

A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo reparo.

## **2.2. Da iniciativa legislativa e da legalidade**

As Frentes Parlamentares são associações suprapartidárias compostas de integrantes do Poder Legislativo, destinada a aprimorar a legislação referente a tema específico, no presente caso a Defesa dos Direitos da Pessoa





com Deficiência e Doenças Raras.

É fato que não tem previsão regimental específica, no entanto, dentro das funções institucionais do Poder Legislativo e do princípio constitucional da harmonia entre os Poderes, é dever institucional a colaboração da Casa, desde que não interfira nos andamentos dos demais serviços e projeto da Casa.

São, portanto, organismos com tratamento autônomo em relação a qualquer Comissão Permanente ou Temporária regimentalmente previstas e atuam dentro ou fora das dependências da Câmara Municipal, de acordo com seu propósito.

Trata-se de assunto inerente à economia internada Câmara Municipal, a proposição adequada para regulamentar a frente parlamentar é a resolução, nos termos do art. 217, *caput*, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araras:

*Art. 217. Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular assuntos de economia interna da Câmara, de natureza político-administrativa e versará sobre a sua Secretaria Administrativa, a Mesa e os Vereadores.*

Ainda, o art. 59, alínea "b" da LOMC, assim prevê:

*Art. 59 As proposições destinadas a regular matéria político-administrativa de competência exclusiva da Câmara são:*

*a) ...*

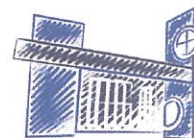
*b) Resoluções, de efeitos internos*

Importante salientar que a matéria proposta poderá ser de iniciativa da Mesa da Câmara, das Comissões ou dos Vereadores, nos exatos termos do art. 217 § 2º.

Assim, o projeto tem viabilidade jurídica para prosperar, e, quanto ao mérito da propositura cabe tão somente aos Vereadores, os quais exercem a função legislativa.

O Prof. Hely Lopes Meirelles, em sua incontestável obra "Direito Administrativo Brasileiro", Editora Malheiros, ensina que:

*"O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já, então, o que subsiste*



*como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação por quem o solicitou".*

### **3. CONCLUSÃO**

---

Nesse sentido, opino pela LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE do projeto de resolução nº 05/2021, devendo, outrossim, ser encaminhado na forma regimental às comissões permanentes, e, se o caso, ser enviado à Plenário, para discussão e votação, eis que é o órgão soberano dessa E. Casa de Leis.

É o entendimento, s.m.j.

Cordeirópolis/SP, 18 de agosto de 2021.

**Gleicy Kelli Zaniboni Marques da Silva**  
**Diretora Jurídica**